

Galvêas vai exigir que o FMI pressione os industrializados

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, embarcou, ontem à noite, para Washington, com uma importante tarefa: exigir que o Fundo Monetário Internacional (FMI) exerça seu papel de fiscalizador, desencorajando as nações desenvolvidas, particularmente os Estados Unidos, de adotar medidas que sejam danosas aos programas de ajustamento dos países em desenvolvimento.

Segundo o ministro Tarcísio da Rocha, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, que acompanha Galvêas na reunião do comitê interino do FMI, o Brasil tentará uma ação persuasiva no sentido de impedir um movimento altista das taxas de juros internacionais. Como explicou, o FMI, além de financiar o programa de ajustamento, tem de desempenhar o papel de "surveillance" — que implica uma fiscalização mais efetiva das políticas econômicas de países desenvolvidos para que não providenciem medidas que "perturbem a boa ordem da economia mundial, a estrutura do balanço de pagamentos e o comércio".

Ao referir-se ao termo "surveillance", entretanto, o ministro Tarcísio Rocha não está resgatando um sistema que foi criado, há alguns anos, pelo FMI, para impedir as alterações bruscas de taxas cambiais, mas apenas traduzindo para o francês a idéia de fiscalização, que o ministro buscará junto ao Fundo.

A questão das taxas de juros está, se revelando

mais séria do que parece, à primeira vista. Técnicos do Banco Central calculam em quase US\$ 1 bilhão o impacto da elevação da "prime rate" e da Libor (taxa preferencial dos bancos norte-americanos e taxa interbancária de Londres, respectivamente), sobre a conta de juros da dívida externa brasileira.

Para Rocha, "nada há de mais danoso que a política do governo dos Estados Unidos, que, para financiar um déficit orçamentário de US\$ 200 bilhões, está enxugando o mercado e elevando os juros".

LAROSIÈRE
O ministério da Fazenda

defenderá sua posição também num encontro que manterá na sexta-feira com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, utilizando um forte argumento, como destacou o chefe da assessoria internacional: "A deterioração das economias dos países em desenvolvimento pode alimentar sérios conflitos sociais". No caso brasileiro, segundo Rocha, o fôlego é maior, porque o País dispõe de uma margem de segurança para assegurar o programa de ajustamento em face da uma elevação dos juros: a obtenção de maiores superávits na balança comercial. Para ele,

a elevação de um ponto percentual na "prime rate" nas últimas três semanas é tão somente um movimento de acomodação. Ou, como qualificou, "um bruxoleio".

Caso o "exercício de persuasão" não resulte em redução ou mesmo estabilização dos juros, "resta-nos rezar", disse, descartando qualquer ação mais drástica. Rocha prefere acreditar que os juros internacionais voltem a cair no mês que vem, "porque é impossível aos governantes não perceber que um aumento será catastrófico não só para o Brasil, mas também para o mundo".